

# Mesa Nacional - resolução política

## 1. A ameaça trumpista e a resposta necessária

A tensão internacional é acentuada pela eleição de Donald Trump, que marca uma aceleração abrupta da deslocação à direita em numerosos países, entre eles muitos dos mais poderosos. Os efeitos sentidos na Alemanha, no Reino Unido e, sobretudo, na política de guerra perpétua no Médio Oriente, com a ameaça de esvaziamento de Gaza - forma última de colonização pelo genocídio -, demonstram como a reconfiguração do poder norte-americano desencadeia novas dimensões de conflito contra os direitos democráticos e a soberania dos povos. Trump é o império absoluto do capitalismo totalmente militarizado.

O programa de Donald Trump, vertido em decretos assinados nas primeiras horas de mandato, resume a degradação autoritária do regime e o reforço do peso do conservadorismo na disputa do consenso social. Sendo hoje o chefe da direita mundial, Trump multiplica demonstrações da nova relação de forças. Está em causa a criação de condições para transformações no regime económico que traduzam o poder da nova oligarquia, composta pelos donos das grandes empresas tecnológicas alinhadas com o projeto autoritário.

O eixo fundamental dessa oligarquia são os ultrabilionários da comunicação, que esperam de Trump garantias contra os seus concorrentes e o financiamento das suas operações. Nunca a humanidade conheceu tal concentração de riqueza, cujos oligarcas se tornaram intervenientes políticos diretos, como é o caso de Elon Musk, mas também de outros. Esta forma de poder corresponde a uma fase nova de acumulação de capital, assente numa capacidade inédita de obter hegemonia pela formatação da opinião pública e pela desarticulação da resistência social, sob o peso do controlo algorítmico e da multiplicação do discurso de ódio. As suas consequências não podem ser ignoradas e impõe respostas de exigência.

A principal exigência é orientar a luta pela democracia para o seu alvo principal: proteger a população da dominação e da exploração pelas redes sociais e pelos seus donos. Esta hegemonia promove o negacionismo das alterações climáticas e o extrativismo e potencia as principais formas de divisão da classe trabalhadora, através da degradação das condições de trabalho, do aumento da exploração em termos absolutos, da criação de dependências face aos juros da habitação, do uso do racismo, da violência

patriarcal, da homofobia e da transfobia. A esquerda deve constituir a sua capacidade de combate neste terreno.

A resposta a esta ofensiva deve combinar a defesa intransigente das condições da vida de quem trabalha, dos salários, do acesso aos bens públicos, com o compromisso em nome dos direitos democráticos. A luta do trabalho é o ponto de partida da universalidade dos direitos sociais. É em nome dessa universalidade que a esquerda se bate pela organização e mobilização da classe trabalhadora, contra o racismo e pela organização das comunidades migrantes; sem aceitar recuos, luta por avanços nas lutas pela igualdade, pelos direitos feministas e LGBTI+ ou por justiça climática.

## **2. Montenegro vassalo da NATO**

A visita a Portugal do secretário-geral da NATO - um parceiro de Trump que se deslocou do governo liberal dos Países Baixos para um acordo que deu a liderança à extrema-direita -, foi um momento de afirmação da política autocrática. Em nome da indústria de armamento, a NATO exige aos países que a integram um aumento de despesa, ao mesmo tempo que alimenta essa pressão com um discurso confrontacional que escala as ameaças e procura criar e normalizar uma percepção social da iminência de uma guerra.

A subserviência do governo português, que respondeu com promessas de gastos e oferecendo os seus bons serviços para intermediar um compromisso de Cabo Verde ou se S. Tomé e Príncipe com a aliança militar, confirma a submissão a Trump.

O Bloco de Esquerda tem razões reforçadas para se opor à corrida aos armamentos, para denunciar a promoção da insegurança, para defender a soberania do nosso país e apoiar a daqueles Estados africanos, e para insistir na rutura com a NATO.

## **3. A Segurança social sob ameaça do governo**

A publicação de um relatório do Tribunal de Contas que retrata de forma falsa as contas da Segurança Social, misturando o sistema previdencial assente em descontos com as contas da CGA (cujas pensões são encargos do orçamento do Estado) e com o sistema de solidariedade (não contributivo) serviu de pretexto para o governo criar a percepção falsa de um problema de sustentabilidade e para criar uma comissão para adiantar mudanças

fundamentais no sistema, presidida por um representante dos fundos de pensão do setor financeiro.

A alegação de que a Segurança Social é deficitária baseia-se num duplo truque. Em primeiro lugar, oculta que a Segurança Social, com os direitos que garante e as suas características universais, não só sustenta a confiança popular como é superavitária. No ano passado, o sistema previdencial teve receitas 4,4 mil milhões superiores às despesas. Para 2025 projeta-se um saldo positivo de quase 6 mil milhões de euros. Desse saldo fazem parte cerca de 2 mil milhões de saldo positivo resultado da contribuição dos trabalhadores imigrantes. Os recursos acumulados e capitalizados na Segurança Social corresponde a mais de 40 mil milhões de euros. De acordo com o próprio relatório constante no orçamento do estado apresentado pelo Governo para 2025, o Fundo de Estabilização tem saldos positivos garantidos até 2070 o que garante que suportam o sistema durante mais de uma década, mesmo sob o efeito do desejado aumento da esperança média de vida.

O facto de a CGA não ter capitalizado os seus excedentes entre 1929 e 2005 - pois foram capturados pelos governos, através de práticas orçamentais que abusaram dos direitos dos trabalhadores - prejudicou as suas contas. Misturar as contas da CGA com as da Segurança Social é uma operação intelectualmente desonesta e que tem apenas propósitos políticos. O projeto liberal e autoritário para a Segurança Social é transformá-la em fundos entregues ao capital financeiro, individualizando os direitos associados a cada conta e retirando-lhes a garantia universal.

Para enquadrar o mandato do grupo de trabalho, o atual Governo da Direita selecionou algumas propostas do Livro Verde sobre a Segurança Social encomendado pelo anterior governo do PS, nomeadamente as que previam a possibilidade de sistemas complementares de descontos (públicos e privados), a restrição do acesso a pensões antecipadas para desempregados de longa duração e mexidas na Taxa Social Única..

A recusa do assalto à Segurança Social e aos direitos universais de quem para ela descontou é uma urgência e deve unir os esforços de sindicatos, associações de pensionistas, academia e partidos de esquerda. O Bloco promoverá uma sessão pública sob o mote “Tirem as mãos dos nossos descontos e das nossas pensões!”

#### **4. Conquistar direitos para o mundo do trabalho**

O Bloco lançou uma campanha e uma petição para reconhecer direitos aos 950 mil trabalhadores por turnos, garantindo a inclusão no Código do Trabalho de uma série de direitos (majoração de férias, subsídio por turnos, tempo de descanso, acompanhamento médico reforçado, direito a um número mínimo de fins de semana) e consagrando o direito à reforma antecipada. Essa petição tem sido um sucesso, tendo já perto de 20 mil assinaturas. O Bloco deve promover, nos próximos meses, por todo o território, recolha de assinaturas, conversas e debates público sobre este tema, que diz respeito a múltiplos setores, do alojamento e restauração aos transportes, da saúde aos cuidados e respostas sociais, da energia ao comércio ou à indústria transformadora.

A proposta do Bloco sobre a consagração na lei do subsídio de refeição teve também grande impacto, com apoio de todas as tendências do movimento sindical e tem hipótese real de ser aprovada e de se verter num novo direito para 1 milhão e 700 mil trabalhadores que não têm hoje direito ao subsídio de refeição. O bloco deve construir um campo de apoio maioritário para conquistar esta vitória para o mundo do trabalho, que tem incidência nos trabalhadores mais desprotegidos e sem contratação coletiva..

## **5. A partidarização da saúde prejudica o SNS**

A saúde é um direito fundamental. O SNS garante a prestação de cuidados de saúde de qualidade de forma equitativa, baseado em solidariedade e que dê resposta às necessidades em saúde da população.

Para cumprir estes objetivos, é indispensável que a gestão do SNS não seja partidarizada. No entanto, a AD em menos de um ano, enceta todos os esforços para tomar de assalto o serviço público. Já foram 25% os Conselhos de Administração demitidos, para serem ocupados por membros do aparelho partidário. Os profissionais de saúde demonstram em público o seu descontentamento e apreensão.

O Bloco de Esquerda continua a propor concursos públicos para cargos de dirigente superior e eleição entre pares para os cargos de direção clínica, direção de enfermagem e coordenação dos TSST.

## **6. Encontro feminista**

A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda convoca um encontro feminista, a realizar no dia 10 de maio e promovido por um grupo diverso mulheres feministas, interseccional, intergeracional e com trabalho em diversas áreas

do território. Esse encontro deve aprofundar o debate teórico iniciado na conferência nacional de outubro de 2024 e abordar também as questões de organização.

Grupo promotor:

Alda Sousa, Aliyah Bhikha, Almerinda Bento, Ana Alves, Ana Vasquez, Andrea Peniche, Catarina Ramalho, Catarina Vitorino, Cecília Honório, Dina Nunes, Isabel Pires, Joana Sales, Joana Teixeira, Júlia Pereira, Maria Manuel Rola, Sandra Cunha e Teresa Amorim.

7. A Mesa Nacional mandata a Comissão Política para elaborar e propor à Mesa Nacional uma proposta de atualização de estatuto dos funcionários do Bloco de Esquerda.